



Programa Município que Educa

Nas últimas décadas, o mundo tem passado por crises sistêmicas nas esferas econômica, social, política, ética e ambiental. Diante deste cenário, ganham espaço propostas alternativas de sustentabilidade baseadas no fortalecimento da dimensão local e dos processos autônomos, inclusivos, democráticos e multidimensionais. Fala-se cada vez mais em gestão municipal compartilhada e ascendente, com a participação ativa e organizada dos diversos segmentos sociais do Estado e da sociedade civil.

No Brasil, a autonomia dos municípios foi significativamente ampliada com a Constituição Federal de 1988, que também abriu espaço para a cooperação da comunidade no planejamento municipal. Além disso, o poder local foi fortalecido com o crescimento dos movimentos sociais, das Organizações Não Governamentais (ONGs) e das experiências participativas dos governos democráticos e populares. O discurso em favor das ações integradas e intersetoriais é cada vez mais presente, apesar de continuar sendo um desafio fazer com que as pessoas e instituições não apenas dividam a mesma mesa, mas entreguem-se a um diálogo efetivo e a ações verdadeiramente colaborativas.

O Programa Município que Educa surge neste contexto como uma iniciativa do Instituto Paulo Freire (IPF) e da *Universitas Paulo Freire* (Unifreire) que busca *potencializar as intencionalidades educativas* dos diversos sujeitos sociais e *fortalecer processos de gestão municipal integrada e participativa*. Esta ênfase educativa favorece um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo da municipalidade, pois o intercâmbio de saberes, a sensibilização e a tomada de consciência criam as condições para uma cidadania efetiva.

1. Princípios Orientadores

O Município que Educa reconhece e potencializa a dimensão educativa das iniciativas locais, incentiva a participação ativa da comunidade e integra os esforços dos diferentes setores de forma orgânica e democrática. Em outras palavras, é um município onde poder público e sociedade civil trabalham juntos, de forma colaborativa e parceira, viabilizando o exercício da cidadania ativa.

As possibilidades de construção de um Município que Educa são tão variadas quanto as realidades brasileiras. Mas, fundamentalmente, deve ser um projeto coletivo que tem como ponto de partida um *planejamento dialógico* (comunicativo e crítico), *compartilhado* (com o envolvimento dos vários segmentos sociais) e *ascendente* (com atenção especial às demandas e à participação das bases da sociedade).

Apresentamos, a seguir, um conjunto mínimo de características que podem funcionar como *princípios* para orientar os municípios que queiram caminhar nessa direção:

1. O município **reconhece e valoriza sua ampla dimensão territorial, social e cultural**: o centro, a periferia, os setores rurais, incluindo as diversas culturas e realidades sociais ali presentes.
2. A **intencionalidade educativa** das iniciativas dos vários sujeitos sociais é potencializada e considerada essencial para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da municipalidade.
3. As ações locais – de iniciativa do Estado e/ou da sociedade civil – devem também incorporar um **planejamento educativo** para a formação de todos os sujeitos envolvidos, direta e indiretamente.
4. O processo formativo associado às ações locais implica uma **visão mais ampla de educação voltada para a construção da cidadania ativa**, não se restringindo ao desenvolvimento de capacidades técnicas



5. O atendimento das demandas públicas, associado a processos formativos, promove a **articulação entre as diversas áreas e setores** para contemplar as múltiplas dimensões das questões do mundo contemporâneo. Essa integração evita a sobreposição de ações e permite economia recursos.
6. Os espaços da municipalidade devem ser mapeados, avaliados e fortalecidos como **espaços educadores**.
7. As ações locais têm de ser pensadas em suas relações com a região, o país e o mundo – contribuindo, assim, para o fortalecimento municipal na perspectiva da **cidadania planetária**.
8. As **redes sociais** são elemento essencial ao desenvolvimento do município na medida em que possibilitam o intercâmbio e a colaboração entre os diferentes sujeitos sociais e contribuem para o exercício da participação cidadã.

2. Objetivos

O Programa Município que Educa, criado pelo Instituto Paulo Freire a partir das características e princípios do *Município que Educa*, acima apresentados, tem como **objetivo geral** contribuir para o desenvolvimento das municipalidades, com base na identificação, fortalecimento e mobilização do potencial educativo dos seus espaços e tempos, das ações dos sujeitos que ali vivem ou atuam e das iniciativas articuladas entre Estado e sociedade civil.

Seus **objetivos específicos** são:

1. Contribuir com a construção, o acompanhamento e o planejamento educativo das ações locais, bem como de seus espaços e tempos, abraçando a diversidade e a pluralidade e contribuindo para o exercício da cidadania planetária.
2. Ampliar a articulação e a sinergia entre as diferentes áreas e setores da municipalidade, facilitando encontros e parcerias entre eles.
3. Contribuir para a maior interconectividade dos municípios em nível regional, nacional e planetário, potencializando parcerias em torno de ações nesses vários níveis.
4. Fortalecer os processos e práticas participativas, sistêmicas e organizadas, que garantam a inclusão das comunidades urbanas, rurais, do centro, da periferia, das aldeias etc.
5. Construir e disponibilizar, em diálogo com as demandas pontuais do município, processos formativos de pessoas e instituições dos vários setores, na perspectiva freiriana, voltados à participação cidadã e à realização de pesquisas prático-teóricas com o envolvimento da comunidade municipal.
6. Produzir metodologias, materiais didáticos, paradidáticos, sistemas de ensino e referenciais curriculares que subsidiem os processos educativos - possibilitando, ainda, formações continuadas de munícipes autores-escritores e sujeitos de suas próprias histórias.
7. Colaborar com os municípios no registro de suas experiências – em textos, vídeos, áudio-visuais etc – como forma de melhor sistematizá-las e de lhes dar visibilidade pública, em cumprimento a uma gestão pública transparente, ética e efetivamente democrática.

3. Estratégias

Para alcançar os objetivos acima, este Programa prevê quatro estratégias básicas. Para cada uma delas, são apresentadas diferentes possibilidades de formação, de assessoria e de articulação inspiradas no legado freiriano e na trajetória do Instituto Paulo Freire. Lembramos que essa estrutura é apenas um conjunto de sugestões a serem dialogadas com os potenciais municípios parceiros, sempre aberto às demandas locais e às experiências acumuladas pela municipalidade.

Estratégia 1. Potencializar relações humanas e sociais – Para facilitar ações articuladas entre diferentes áreas e setores, mediante processos de sensibilização e encontros formativos presenciais e em rede.

Ações:

- Rede social na internet para conectar pessoas interessadas em discutir e refletir sobre desenvolvimento local na perspectiva do Município que Educa.



- Reunião de representantes de várias áreas de atuação e de vários setores da municipalidade para, a partir de múltiplas linguagens, refletirem criticamente sobre a realidade local.
- Assessoria na criação e implementação de possibilidades de intercâmbios intersetoriais, intermunicipais, nacionais e internacionais.
- Campanhas de sensibilização e assessoria para mobilização da comunidade municipal em torno de práticas solidárias e emancipatórias, fortalecendo a participação cidadã.
- Formação para o fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil na construção do Município que Educa.

Estratégia 2. Potencializar os diferentes espaços da municipalidade – Para repensar e reestruturar os espaços da municipalidade para transformá-los em ambientes mais educativos e criativos.

Ações:

- Organização de grupos de trabalho articulados, com a participação do poder municipal e da sociedade civil, para conhecer, avaliar e analisar o potencial educativo dos espaços públicos e elaborar conjuntamente propostas de intervenção.
- Oficinas de Leitura do Mundo adaptadas a diferentes públicos e faixas etárias para estimular novos olhares sobre o território, incluindo seus moradores, suas histórias, suas culturas.
- Formações em unidades educacionais, culturais e esportivas para potencializar o uso desses espaços como instâncias privilegiadas de articulação dos saberes comunitários (ex: formação de conselhos de gestão compartilhada, construção de projeto eco-político-pedagógico, movimentos de alfabetização de adultos e educação popular, desenvolvimento de atividades culturais e esportivas integradas etc).

Estratégia 3. Potencializar os diferentes tempos do município

Incorporar a dimensão educativa nas atividades previstas nos calendários e nas agendas dos municípios, de forma que cada um desses momentos seja também um tempo de educar.

Ações:

- Assessoria para fortalecer, nos momentos significativos do calendário de eventos da cidade, oportunidades formativas, sempre buscando reconhecer e a valorizar as diferentes culturas e o uso das novas tecnologias.
- Assessoria na realização de fóruns, eventos, conferências e outros momentos de participação e educação cidadã.
- Realização de encontros municipais e intermunicipais do Programa Município que Educa como momentos de formação continuada e de intercâmbio de experiências e fortalecimento de parcerias.

Estratégia 4. Desenvolver ações locais com projeto educativo – Para influenciar ações locais originárias das várias áreas e dos diversos segmentos sociais – visando a que elaborem projetos educativos, constituindo um processo de planejamento coletivo e participativo para a formação de todos os sujeitos envolvidos direta e indiretamente.

Ações:

- Assessoria para construção e acompanhamento de projetos educativos para ações integradas entre diferentes áreas ou setores.
- Processos formativos presenciais e a distância sobre governança local cooperativa para o fortalecimento das ações integradas interorganizacionais e intersetoriais, na perspectiva do planejamento dialógico.
- Formação inicial e continuada para membros dos diferentes conselhos municipais sobre gestão compartilhada e outras temáticas de interesse dos conselheiros.
- Organização de Grupos de Trabalho (GTs) locais para a realização de estudos sobre a realidade local, envolvendo “leitura do mundo”, registro e sistematização de experiências, análises interpretativas e avaliativas, definição de prioridades, execução, acompanhamento e avaliação de projetos.



- Formação de pessoas de diferentes áreas de atuação, no âmbito do município, para fortalecer as ações integradas na perspectiva de uma nova arquitetura da gestão pública e produzir obras referenciais relacionadas às aprendizagens acumuladas no contexto do *Município que Educa*.

4. Como aderir ao Programa

Como estratégia inicial de divulgação do Programa, o IPF vai organizar encontros municipais e intermunicipais para apresentar a proposta do Município que Educa. Nessas ocasiões, os representantes do poder público e da sociedade civil poderão preencher um pré-cadastro demonstrando compromisso com os princípios do *Município que Educa* e interesse em implementar a proposta. A partir desta manifestação de interesse, serão agendados diálogos mais diretos com a equipe do IPF. Os municípios interessados também podem entrar em contato pelo email contato@municipioqueeduca.org e pelo site da Rede Social: <www.municipioqueeduca.org>.



InstitutoPauloFreire

UniFreire *Universitas*
Paulo Freire

